



FREDIE DIDIER JR.
PAULA SARNO BRAGA
RAFAEL ALEXANDRIA DE OLIVEIRA

CURSO DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Teoria da Prova, Direito Probatório, Decisão, Precedente,
Coisa Julgada e Tutela Provisória

Conforme o Novo CPC e as Leis nºs 13.015/2014 (Recursos de Revista Repetitivos) e 13.058/2014

Edição 2015

10ª edição

revista, ampliada e atualizada

2

 EDITORA
JusPODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

Sumário

Nota dos autores à 10ª edição	17
Prefácio	21
Capítulo 1 ► Audiência de instrução e julgamento	25
1. Conceito e generalidades.....	25
2. Conteúdo e estrutura.....	27
2.1. Considerações iniciais.....	27
2.2. Abertura da audiência. Pregão inicial	27
2.3. Tentativa de autocomposição.....	28
2.4. Produção das provas orais.....	29
2.5. Alegações finais. Memoriais (razões finais escritas).....	30
2.6. Sentença	31
2.7. Conversão do julgamento em diligência	31
3. Documentação da audiência. Lavratura do termo de audiência	32
4. Designação, antecipação e adiamento da audiência de instrução e julgamento.....	33
5. A unidade e continuidade da audiência. Casos excepcionais de suspensão.....	35
Capítulo 2 ► Teoria Geral da Prova e Parte Geral do Direito Probatório	37
1. Noções introdutórias.....	38
2. Acepções da palavra “prova”	38
3. Meios e fontes de prova.....	39
4. O direito fundamental à prova. Relação entre o princípio do contraditório e o direito à prova.....	41
5. Classificação da prova	43
6. Prova e busca da verdade	44
7. Finalidade da prova	49
8. Destinatário da prova	51
9. Objeto da prova	52
9.1. Observação preliminar	52
9.2. Características do fato probando	52
9.2.1. Controvérsia.....	53
9.2.2. Relevância.....	53
9.2.3. Determinação	53
9.3. Fatos que independem de prova (art. 374, CPC)	53
9.3.1. Fato notório.....	54
9.3.2. Afirmado por uma parte e confessado pela parte adversária ou admitido no processo como incontroverso	55
9.3.3. Fatos em cujo favor milita presunção legal de existência.....	56
9.3.3.1. Conceito de presunção legal	56
9.3.3.2. Presunções legais absolutas. As ficções jurídicas	56
9.3.3.3. Presunções legais relativas	58
9.3.3.4. Um caso específico de presunção legal relativa: a recusa da parte a submeter-se a exame genético	58

9.3.3.4.1. O art. 232 do Código Civil, o par. ún. do art. 2º-A da Lei n. 8.560/1992; o enunciado n. 301 da súmula do STJ	58
9.3.3.4.2. A aplicação das regras nas ações de investigação de paternidade/maternidade e de investigação de ascendência genética.....	60
9.4. Prova da fonte normativa (“prova do Direito”).....	62
9.5. Prova de fato ocorrido no estrangeiro	64
10. Regras da experiência, indícios e presunções	64
10.1. As regras da experiência.....	64
10.1.1. Generalidades	64
10.1.2. Espécies de regras da experiência	66
10.1.3. Distinção entre regra da experiência e fato notório	66
10.1.4. Funções da regra da experiência.....	67
10.2. Indícios e presunções judiciais	67
10.2.1. Indícios.....	67
10.2.2. A relação entre os indícios, as regras da experiência e as presunções.....	68
10.2.3. Presunções judiciais (simples, comuns ou “hominis”).....	71
10.2.4. A prova <i>prima facie</i>	72
10.2.5. Prova por amostragem	74
11. Procedimento probatório	77
12. Natureza jurídica das normas sobre prova	79
13. Normas estruturantes do direito probatório	82
13.1. Poderes instrutórios do juiz. Considerações sobre o garantismo processual.....	82
13.2. Aquisição processual da prova	91
13.2.1. Generalidades. A homogeneidade da eficácia probatória.....	91
13.2.2. Relevância de saber quem promoveu a produção da prova	93
13.3. Atipicidade dos meios de prova. As provas atípicas.....	93
13.4. Proibição de prova ilícita	95
13.4.1. Generalidades	95
13.4.2. Prova moralmente ilegítima	95
13.4.3. Prova ilícita e prova ilegítima.....	96
13.4.4. Critérios para aferição da ilicitude	96
13.4.5. Provas ilícitas por derivação	97
13.4.6. Exceções à proibição da prova ilícita por derivação. Art. 157 do Código de Processo Penal	97
13.4.7. Prova ilícita negocial	98
13.4.8. Direito fundamental à produção de prova e direito fundamental a não ter contra si uma prova produzida ilicitamente	98
13.4.9. Proibição de prova ilícita e proteção da intimidade e da privacidade.....	99
13.4.10. Proibição de prova ilícita e sigilo telefônico	100
13.4.11. Interceptação telefônica para instrução processual civil.....	100
13.4.12. Decisão baseada em prova ilícita: nulidade e rescindibilidade	101
13.5. Sistema de valoração da prova pelo juiz: convencimento motivado ou persuasão racional.....	102
13.5.1. Generalidades	102
13.5.2. “Livre” convencimento motivado.....	102
13.5.3. Limites à valoração da prova pelo juiz.....	103
13.5.3.1. Prova constante dos autos, corolário do princípio do contraditório	103
13.5.3.2. Motivação racional.....	103
13.5.3.3. Motivação controlável	104
13.5.3.4. Regras episódicas de prova legal.....	104

13.5.3.5. Respeito às regras da experiência	106
13.6. Ônus da prova	106
13.6.1. Conceito. Dimensões (funções) objetiva e subjetiva	106
13.6.2. Ônus da prova como regra de julgamento e de aplicação subsidiária	110
13.6.3. Distribuição legal do ônus da prova	111
13.6.3.1. Generalidades	111
13.6.3.2. A “inversão ope legis” do ônus da prova	113
13.6.3.3. Prova diabólica. Prova duplamente diabólica	114
13.6.3.4. Ônus da prova de fato negativo	117
13.6.4. Distribuição convencional do ônus da prova	120
13.6.5. Distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	122
13.6.5.1. Generalidades	122
13.6.5.2. Pressupostos formais gerais	124
13.6.5.2.1. Decisão motivada	124
13.6.5.2.2. Momento da redistribuição	124
13.6.5.2.3. Proibição de a redistribuição implicar prova diabólica reversa	126
13.6.5.3. A regra geral de distribuição do ônus da prova feita pelo juiz	126
13.6.5.4. A inversão do ônus da prova feita pelo juiz em causas de consumo	129
14. Prova emprestada	130
14.1. Generalidades	130
14.2. Respeito ao contraditório	131
14.3. Critérios de valoração da prova emprestada	132
14.4. Prova emprestada produzida em segredo de justiça	132
14.5. Prova produzida por juízo incompetente	132
14.6. Interceptação telefônica autorizada no processo penal como prova emprestada no juízo cível	133
15. Preclusão para o juiz em matéria de prova	134
Capítulo 3 ► Produção antecipada da prova	137
1. Generalidades	137
2. Natureza jurídica	138
3. Fundamentos do pedido de produção antecipada de prova e petição inicial	139
4. O processo de justificação	141
5. Competência	142
6. Tutela provisória liminar do direito à produção da prova	143
7. Citação dos interessados	144
8. Despacho inicial e esboço do procedimento	145
9. Defesa e recursos	145
10. Pedido contraposto de produção antecipada de prova	146
11. Intervenção de terceiro atípica: ampliação do polo passivo	147
12. Sentença e entrega dos autos	147
Capítulo 4 ► Depoimento pessoal	149
1. Noções gerais	149
2. Espécies: o depoimento por provocação e o interrogatório	150
3. Depoimento do <i>presentante</i> e do <i>representante</i>	152
4. Recusa de depor	153
4.1. Noção	153

4.2. Escusa de depor	153
4.2.1. Noção	153
4.2.2. Direito ou dever de silêncio	153
4.2.3. Direito ao silêncio em relação a fatos criminosos ou torpes.....	154
4.2.4. Direito ao silêncio sobre fatos relacionados à vida familiar ou à atividade profissional.....	156
4.2.5. Regra geral de escusa	158
5. Procedimento do depoimento	159

Capítulo 5 ► Confissão

1. Generalidades	161
2. Natureza jurídica.....	162
3. Distinções	163
3.1. Confissão e reconhecimento do pedido.....	163
3.2. Confissão e admissão	164
4. Espécies de confissão.....	166
5. Eficácia da confissão.....	167
6. Ineficácia da confissão de quem não pode dispor dos direitos relacionados aos fatos confessados	169
7. A eficácia da confissão por representante	170
8. Irrevogabilidade da confissão	171
9. Invalidação da confissão.....	172
9.1. Generalidades	172
9.2. Impossibilidade de invalidação da confissão por dolo	173
9.3. O erro de fato como causa de invalidação.....	174
10. Indivisibilidade da confissão.....	175

Capítulo 6 ► Prova documental, ata notarial

e exibição de documento ou coisa.....

1. Conceito de documento.....	177
2. Documento e prova documental.....	181
3. Prova documental e prova documentada	182
4. Importância da prova documental.....	184
5. Elementos do documento.....	186
5.1. Autoria do documento	186
5.1.1. Autoria material e autoria intelectual.....	186
5.1.2. Documento autógrafo e heterógrafo	186
5.1.3. Documentos públicos e particulares	187
5.1.4. Subscrição e identificação da autoria.....	188
5.1.5. Autenticidade.....	189
5.2. Conteúdo	190
5.3. Suporte	191
6. Documento e instrumento.....	192
7. Data do documento	193
8. Eficácia probatória do documento	195
8.1. Introdução.....	195
8.2. Força probante dos documentos públicos	195
8.2.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	195

8.2.2.	A caracterização da escritura pública como “prova plena”. Crítica à utilização da expressão “prova plena”	196
8.2.3.	O instrumento público como forma solene do ato jurídico (art. 406, CPC)	198
8.2.4.	O documento público irregular (art. 407, CPC)	200
8.3.	Força probante dos documentos particulares	202
8.3.1.	Autenticidade e veracidade do conteúdo do documento particular (art. 408, <i>caput</i> , CPC)	202
8.3.2.	Eficácia probatória dos documentos testemunhais (art. 408, p. único, CPC)	204
8.3.3.	Eficácia probatória do telegrama, radiograma, do <i>fac-símile</i> e dos outros meios de transmissão de dados	204
8.3.4.	Eficácia probatória das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação	205
8.3.5.	Eficácia probatória dos livros empresariais e da escrituração contábil	206
8.3.6.	Indivisibilidade do documento particular (art. 412, p. único, CPC) e da escrituração contábil (art. 419, CPC)	207
8.4.	Originais, cópias, certidões e traslados	208
9.	Ata notarial (art. 384, CPC)	211
10.	Vícios do documento: a irregularidade e a falsidade	214
11.	Documento eletrônico	216
11.1.	Noção	216
11.2.	Segurança e confiabilidade	217
11.3.	O processo em autos eletrônicos	220
11.4.	O documento eletrônico no processo em autos de papel	222
12.	Produção da prova documental	222
12.1.	Momentos da proposição e da produção da prova	222
12.2.	Juntada posterior de documentos	224
12.3.	Momento para manifestação sobre os documentos (art. 437, CPC)	225
12.4.	Possíveis atitudes da parte contra quem a prova documental é produzida (art. 436, CPC)	225
13.	Meios de obtenção da prova documental	227
13.1.	Requisição de documentos (art. 438, CPC)	227
13.2.	Exibição de documento ou coisa (arts. 396 a 404, CPC)	229
13.2.1.	Generalidades	229
13.2.2.	Pedido de exibição formulado em face da parte adversária	230
13.2.3.	Procedimento da exibição promovida em face de terceiro particular	233
14.	Arguição de falsidade	235
14.1.	Noção	235
14.2.	Natureza jurídica e finalidade	236
14.3.	Legitimidade e interesse	236
14.4.	Procedimento	237
Capítulo 7 ► Prova testemunhal		239
1.	Noções gerais	239
2.	Admissibilidade da prova testemunhal	240
3.	Capacidade para testemunhar	242
4.	Direito ao silêncio	245
5.	Local e tempo do testemunho	245
6.	Juntada do rol e intimação da testemunha	247
7.	Substituição da testemunha	249
8.	Procedimento de colheita do depoimento	249

8.1. Método de inquirição.....	249
8.2. Qualificação e contradita	250
8.3. Compromisso e escusa de depor.....	250
8.4. Inquirição direta pelos advogados e pelo juiz	251
8.5. Testemunho em língua estrangeira e em Libras	254
8.6. Dever de urbanidade	254
9. Documentação do testemunho.....	254
Capítulo 8 ► Prova pericial.....	257
1. Conceito e generalidades.....	257
2. Fontes da prova pericial	260
3. Espécies de perícia	261
4. O perito e o assistente técnico	264
4.1. O perito e suas funções.....	264
4.2. Requisitos para escolha do perito	267
4.3. Nomeação de mais de um perito. Perícia complexa.....	271
4.4. Escusa e recusa do perito.....	271
4.5. Substituição do perito.....	274
4.6. Assistente técnico e suas funções	275
4.7. Quadro comparativo	275
5. Admissibilidade	276
6. Procedimento de produção da prova pericial	277
7. Escolha consensual do perito	287
8. Avaliação. Possibilidade de “segunda perícia” ou “outra perícia”.....	288
9. Despesas	292
Capítulo 9 ► Inspeção judicial.....	297
1. Noção.....	297
2. Postulação e admissão/determinação da prova. Momento adequado para a sua produção.....	297
3. Inspeção como prova principal e única	298
4. Fonte da inspeção	298
5. Inspeção de pessoa. O direito de não ser inspecionado.....	299
6. Inspeção de pessoa (terceiro)	299
7. Inspeção direta e indireta.....	300
8. Inspeção indireta como perícia informal.....	300
9. Partes assistidas por <i>expert</i>	300
10. Local da inspeção	301
11. Participação das partes na produção da prova.....	301
12. Conclusão e documentação da inspeção. Auto da inspeção como pressuposto de existência ...	301
13. Documentação da inspeção feita na sede do juízo	302
14. Manifestação sobre resultado da prova.....	302
Capítulo 10 ► Decisão judicial.....	303
1. Nota introdutória	303
2. Sistematização dos pronunciamentos judiciais	304
2.1. Introdução: conceito e classificação dos pronunciamentos judiciais	304
2.2. As decisões proferidas pelo juízo singular.....	304
2.2.1. Generalidades	304
2.2.2. Sentença	305

2.2.3.	Decisão interlocutória.....	306
2.3.	As decisões proferidas em órgão colegiado.....	307
2.4.	Decisões unipessoais proferidas em tribunal.....	307
3.	A sentença como norma jurídica individualizada.....	308
4.	Elementos da decisão judicial.....	311
4.1.	Introdução.....	311
4.2.	Relatório.....	312
4.3.	Fundamentação.....	313
4.3.1.	A legitimação da atividade jurisdicional e a regra da motivação.....	313
4.3.2.	Racionalidade e controlabilidade.....	316
4.3.3.	Integridade e coerência.....	318
4.3.4.	O conteúdo da fundamentação.....	319
4.3.4.1.	Fundamentação de admissibilidade e fundamentação de mérito.....	319
4.3.4.2.	Fundamentação de fato e fundamentação de direito.....	320
4.3.5.	Decisão sem fundamentação.....	326
4.3.5.1.	Ausência de fundamentação e fundamentação deficiente.....	326
4.3.5.2.	Exemplos de decisões não-fundamentadas (art. 489, § 1º, CPC).....	326
4.3.5.2.1.	Decisão que se limita à indicação, reprodução ou paráfrase do ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida (art. 489, § 1º, I).....	327
4.3.5.2.2.	Decisão que emprega conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso (art. 489, § 1º, II).....	330
4.3.5.2.3.	Decisão que invoca motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão (art. 489, § 1º, III).....	334
4.3.5.2.4.	Decisão que não enfrenta todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador (art. 489, § 1º, IV).....	335
4.3.5.2.5.	Decisão que se limita a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos (art. 489, § 1º, V).....	338
4.3.5.2.6.	Decisão que deixa de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento (art. 489, § 1º, VI).....	340
4.3.5.2.7.	Outros exemplos.....	341
4.3.5.3.	Consequência da ausência de fundamentação.....	344
4.3.6.	A fundamentação e a coisa julgada.....	346
4.4.	Dispositivo.....	349
4.4.1.	Conceito.....	349
4.4.2.	A teoria dos capítulos de sentença.....	352
4.4.3.	Repercussões da teoria dos capítulos de sentença.....	355
5.	Requisitos da decisão judicial.....	357
5.1.	A congruência da decisão judicial.....	357
5.2.	A congruência externa.....	358
5.2.1.	Introdução: a abrangência dos arts. 141 e 492 do CPC.....	358
5.2.2.	A congruência objetiva.....	360
5.2.2.1.	Decisão ultra petita.....	360
5.2.2.2.	Decisão extra petita.....	364
5.2.2.3.	Decisão citra petita.....	368

5.2.2.3.1. Generalidades.....	368
5.2.2.3.2. Espécies de decisão <i>citra petita</i>	368
5.2.2.3.3. Problemas específicos da decisão <i>citra petita</i>	372
5.2.3. A congruência subjetiva	373
5.3. A congruência interna.....	376
5.3.1. Introdução: uma comparação com os requisitos do pedido	376
5.3.2. Certeza (art. 492, p. ún., CPC).....	376
5.3.3. Liquidez.....	381
5.3.4. Clareza e coerência	386
6. Interpretação da decisão judicial.....	389
7. Decisões objetivamente e/ou subjetivamente complexas	394
8. Decisões definitivas e decisões provisórias.	
Decisões de mérito e decisões de admissibilidade.....	396
8.1. As “sentenças definitivas” e as “sentenças terminativas”	396
8.2. Classificação baseada na profundidade do exame (decisão definitiva e decisão provisória) e na natureza da questão decidida (decisão de admissibilidade e decisão de mérito)	399
9. A decisão e o fato superveniente	401
9.1. O art. 493 do CPC.....	401
9.2. Causa de pedir e causa de defesa supervenientes.....	402
9.3. Pressupostos para a aplicação do art. 493 do CPC	408
9.4. Aplicação do art. 493 do CPC na instância recursal	410
10. A decisão que acolhe exceção substancial dilatória	411
11. Conteúdo da decisão	416
11.1. Conteúdo e efeitos: distinção	416
11.2. Classificação das decisões de procedência quanto ao seu conteúdo	418
11.2.1. Introdução.....	418
11.2.2. Decisões condenatórias.....	420
11.2.3. Decisões constitutivas.....	423
11.2.4. Decisões meramente declaratórias	426
12. Efeitos da decisão judicial	428
12.1. Eficácia principal.....	428
12.2. Eficácia reflexa	428
12.3. Eficácia anexa (eficácia de fato)	429
12.3.1. Generalidades	429
12.3.2. Hipoteca judiciária.....	431
12.4. Eficácia probatória	435
13. Decisão determinativa	436
14. Publicação, retratação e integração da decisão	438
Capítulo 11 ► Precedente judicial	441
1. Noções fundamentais	441
1.1. Decisão, precedente e <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	441
1.2. <i>Obiter dictum</i> (ou <i>dictum</i>).....	444
1.3. Identificação da <i>ratio decidendi</i> (ou <i>holding</i>)	446
1.4. Espécies de decisão e precedente	450
1.4.1. Decisão de admissibilidade, decisão de mérito e o precedente.....	450
1.4.2. Decisão que homologa autocomposição e precedente	451
2. A norma do precedente	451
3. Eficácia jurídica do precedente	453

3.1.	Precedente como <i>ato-fato jurídico</i>	453
3.2.	Efeitos dos precedentes.....	454
3.2.1.	Generalidades	454
3.2.2.	Precedente com eficácia vinculante/obrigatória.....	455
3.2.3.	Precedente com eficácia persuasiva	456
3.2.4.	Precedente com eficácia de obstar a revisão de decisões	457
3.2.5.	Precedente com eficácia autorizante	458
3.2.6.	Precedente com eficácia rescindente ou deseficazante.....	459
3.2.7.	Precedente que permite revisão de coisa julgada.....	460
3.3.	Precedentes obrigatórios no direito brasileiro	461
3.3.1.	Generalidades	461
3.3.2.	Classificação pelo procedimento de formação	463
3.3.2.1.	Precedentes oriundos de decisões em controle concentrado de constitucionalidade feito pelo Supremo Tribunal Federal.....	463
3.3.2.2.	Precedentes cuja <i>ratio decidendi</i> foi enunciada em súmula.....	464
3.3.2.3.	Precedentes produzidos por incidente em julgamento de tribunal: casos repetitivos e assunção de competência. O microssistema de formação concentrada de precedentes obrigatórios	465
3.3.2.4.	Precedentes oriundos do plenário ou do órgão especial	466
3.4.	Reconstruindo algumas normas jurídicas fundamentais (princípios e regras) à luz da eficácia dos precedentes no direito brasileiro	467
3.4.1.	Princípio da legalidade.....	467
3.4.2.	Princípio da igualdade.....	468
3.4.3.	Princípio da segurança jurídica	469
3.4.4.	Regra da motivação das decisões judiciais	470
3.4.5.	Princípio do contraditório.....	471
3.5.	Distinção entre a eficácia do precedente, coisa julgada e eficácia da intervenção.....	472
4.	Deveres gerais dos tribunais relacionados ao sistema de precedentes judiciais.....	473
4.1.	Generalidades	473
4.2.	Dever de uniformização da jurisprudência	474
4.3.	Dever de manter a jurisprudência estável	474
4.4.	Dever de dar publicidade aos precedentes.....	475
4.5.	Dever de coerência e dever de integridade	476
4.5.1.	Premissas.....	476
4.5.2.	Dever de coerência.....	479
4.5.2.1.	Generalidades	479
4.5.2.2.	Alguns critérios para aferição da coerência	481
4.5.2.2.1.	Conformidade com o repertório conceitual da Teoria Geral do Direito e da Dogmática Jurídica.....	481
4.5.2.2.2.	Recondução a uma mesma norma superior.....	482
4.5.2.2.3.	Conformidade com a regra que impõe requisitos para a congruência interna da decisão	484
4.5.3.	Dever de integridade.....	484
5.	A dinâmica do precedente.....	486
5.1.	Súmula, jurisprudência e precedente. Produção e interpretação. Técnica de redação de enunciado sumulado	487
5.2.	Técnica de confronto, interpretação e aplicação do precedente: <i>distinguishing</i>	490
5.3.	Técnicas de superação do precedente: <i>overruling</i> e <i>overriding</i>	494
5.3.1.	Generalidades	494
5.3.2.	<i>Overruling</i> difuso e <i>overruling</i> concentrado	496
5.3.3.	Fundamentação do <i>overruling</i>	496

5.3.4.	Eficácia temporal da revogação do precedente.....	499
5.3.5.	Modulação de efeitos da superação do precedente. O <i>signaling</i>	500
5.3.6.	<i>Anticipatory overruling</i>	506
5.3.7.	<i>Overriding</i>	507
6.	A “súmula vinculante”	508
Capítulo 12 ▶ Coisa julgada	513
1.	Coisa julgada – noção. Efeito negativo e positivo da coisa julgada	513
2.	A coisa julgada como efeito jurídico	515
3.	Pressupostos para a formação da coisa julgada.....	516
4.	Fundamento constitucional da coisa julgada.....	517
5.	Coisa julgada formal	517
6.	Coisa julgada e tríplice identidade.....	518
7.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis e secundum eventum probationis</i>	519
8.	Coisa julgada e negócios processuais.....	520
9.	Limites objetivos da coisa julgada	522
9.1.	Generalidades	522
9.2.	Revisão de noções sobre a teoria da cognição judicial.....	523
9.2.1.	Questão principal e questão incidental	523
9.2.2.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – visão tradicional	523
9.2.3.	Conceito de mérito (objeto litigioso) – posição adotada – o exercício do contradireito pelo réu	524
9.3.	Questão principal expressamente decidida	525
9.4.	Decisão de mérito	526
9.5.	Coisa julgada parcial. A ação rescisória contra coisa julgada parcial	526
9.6.	Decisões de conteúdo processual e coisa julgada	529
9.7.	Incidentes processuais e coisa julgada.....	531
9.8.	Extensão da coisa julgada às questões prejudiciais incidentais	532
9.8.1.	Conceito de questão prejudicial	532
9.8.2.	Questão prejudicial expressa e incidentalmente decidida	533
9.8.3.	Questão prejudicial incidental expressamente decidida e efeito devolutivo do recurso	535
9.8.4.	Dois regimes jurídicos distintos de coisa julgada: coisa julgada relativa à solução da questão principal e coisa julgada relativa à solução da questão prejudicial incidental	535
9.8.5.	Impedimentos à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental.....	536
9.8.5.1.	Objecção de impertinência	536
9.8.5.2.	Objecção de ausência de contraditório.....	536
9.8.5.3.	Objecção de incompetência.....	537
9.8.5.4.	Objecção de cognição insuficiente.....	538
9.8.6.	Alegação das objeções à extensão da coisa julgada à prejudicial incidental	538
9.8.7.	Instrumento para o controle da coisa julgada relativa à prejudicial incidental....	539
9.8.8.	Questão prejudicial principal.....	539
9.8.9.	A sobrevivência da ação declaratória incidental	539
9.8.10.	Ação declaratória autônoma	540
9.8.11.	Direito transitório	540
9.9.	Questões cuja resolução não se torna indiscutível pela coisa julgada	541
10.	Limites subjetivos da coisa julgada	542

10.1. Regra geral.....	542
10.2. Hipóteses de extensão da coisa julgada a terceiros	542
10.3. Coisa julgada e obrigações solidárias (art. 274 do Código Civil)	544
11. Eficácia preclusiva da coisa julgada.....	547
12. Limites temporais da coisa julgada	550
12.1. Generalidades	550
12.2. Coisa julgada e relações jurídicas de trato continuado (art. 503, I).....	551
12.3. Instrumentos de controle da coisa julgada.....	555
12.4. Teoria da relativização atípica da coisa julgada	556
13. Coisa julgada e ações concorrentes.....	559
Capítulo 13 ► Tutela Provisória	561
1. Noções gerais.....	561
1.1. Tutela definitiva: satisfativa e cautelar	561
1.2. Características da tutela cautelar.....	562
1.2.1. Referibilidade e temporariedade	562
1.2.2. A coisa julgada cautelar	564
1.3. Síntese	566
2. “Tutela provisória”: antecipação provisória dos efeitos da tutela definitiva.....	566
2.1. Generalidades	566
2.2. Características.....	568
2.3. Espécies de tutela provisória: satisfativa (antecipada) e cautelar	569
3. Regime jurídico da tutela provisória: regras gerais.....	569
3.1. Fundamento: urgência ou evidência.....	569
3.2. Forma de requerimento: incidental ou antecedente	570
3.3. Legitimidade	572
3.4. Cabimento	575
3.5. Momento da concessão	577
3.5.1. Considerações iniciais	577
3.5.2. Liminarmente	578
3.5.3. Na sentença	581
3.5.4. Em grau recursal	581
3.6. Manifestação do requerido	582
3.7. Instrução.....	583
3.8. Decisão	584
3.9. Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo	585
3.10. Recurso	587
3.11. Efeitos antecipáveis	587
3.12. Forma de efetivação	589
3.13. Concessão de ofício	592
4. Tutela provisória de urgência.....	594
4.1. Considerações iniciais.....	594
4.2. Pressupostos gerais	595
4.2.1. Probabilidade do direito.....	595
4.2.2. Perigo da demora.....	597
4.3. Pressuposto específico: reversibilidade da tutela provisória satisfativa	599
4.4. Tutela de urgência satisfativa (antecipada) em caráter antecedente.....	602
4.5. Estabilização da tutela de urgência satisfativa (antecipada)	604

4.5.1.	Estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada como técnica de monitorização do processo civil brasileiro	604
4.5.2.	Pressupostos da estabilização da decisão concessiva de tutela antecipada.....	606
4.5.3.	Ação de impugnação ou confirmação da decisão concessiva de tutela provisória satisfativa estabilizada.....	611
4.5.4.	Estabilização da tutela satisfativa antecedente e coisa julgada. Confronto com a ação monitoria	612
4.6.	Tutela de urgência cautelar em caráter antecedente	613
4.7.	Fungibilidade das tutelas de urgência	616
5.	Tutela provisória de evidência	617
5.1.	Conceitos fundamentais	617
5.2.	Pressupostos.....	619
5.2.1.	Noções iniciais	619
5.2.2.	Tutela de evidência punitiva. Atos protelatórios e abusivos da parte.....	620
5.2.3.	Tutela de evidência documentada fundada em precedente obrigatório.....	624
5.2.4.	Tutela de evidência documentada de contrato de depósito.....	627
5.2.5.	Tutela de evidência documentada na ausência de contraprova documental suficiente.....	628
6.	Tutela provisória contra a Fazenda Pública.....	630
6.1.	Panorama legislativo – perspectiva histórica e atual	630
6.2.	Panorama doutrinário	632
6.3.	Panorama jurisprudencial	636
6.4.	Exigência de trânsito em julgado para a expedição do precatório (EC n. 30/2001 e n. 62/2009).....	638
6.5.	Tutela provisória para a obrigação de fazer, não fazer e dar coisa em face do Poder Público.....	640
6.6.	Tutela provisória contra o Poder Público em matéria tributária.....	642
	Bibliografia	645